

Revista **Toque Solidário**

Brasília - DF · Ano I · Edição nº3 · Dez/2014 a Mar/2015

FOTO: ARQUIVO ASCOM-EMATER/DF

Afagar a terra e fecundar o chão

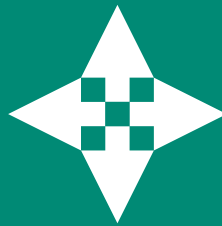
Produtores rurais, no regime cooperativo, fortalecem a economia do DF

Toque da Redação

Marco Regulatório ainda é desafio da Economia Solidária

Ponto de Vista

Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária precisa ser instalado



COOSERVCREC

COOPERATIVA DE ECONOMIA E CRÉDITO MÚTUO
DOS SERVIDORES DO DISTRITO FEDERAL LTDA.

Organização Financeira para os Servidores do GDF a serviço dos seus cooperados

INVESTIMENTOS COM OS MELHORES JUROS

- > Aplicação financeira
- > Poupança férias
[deposite mensalmente e
ganhe juros para a sua viagem]
- > Poupança programada
- > Poupança Kid's
[nós calculamos para você
o valor necessário para a
faculdade do seu filho]
- > Seguros
 - > Automóveis
 - > Vida
 - > Residência e outros

OPORTUNIDADES

- > Recursos para projetos
- > Prestação de serviços financeiros para cooperativas, associações, grupos produtivos, pessoas físicas e jurídicas.

EMPRÉSTIMOS

COM AS MELHORES TAXAS E PRAZOS

- > Crédito para educação e saúde (material escolar, estética e rejuvenescimento)
- > Crédito pessoal de curto prazo
- > Crédito pessoal de médio prazo
- > Crédito consignado (Polícia Civil, Militar e Corpo de Bombeiros do GDF)
- > Financiamento ou refinanciamento de automóveis
- > Financiamento de imóveis
- > Carta fiança

Sumário

EVENTOS

6. 3ª Conaes

8. Formação em Direitos Humanos e Participação Social

9. A todo vapor: definições sobre escola de cooperativismo no DF avançam

OPORTUNIDADES

FOTO: ARQUIVO



10 Rybená auxilia pessoas com deficiência auditiva e visual

OPINIÃO

12. Educação é base para o crescimento do ser humano

12. Inaugurada a sala de treinamento Roberto Marazi

PANORAMA COOPERATIVO

14. A vez da agricultura familiar

16. Cooperativa Multiflor

FOTO: ARQUIVO ASCOM EMATER-DF



16 Multiflor: flores, produtos ornamentais e cachepôs

18. Cooperativa COPAS: leite e derivados

20. Cooperativa Cootaquara: Legumes, hortaliças e verduras

FOTO: ASSESSORIA DE IMPRENSA MTE



6 Com a força dos movimentos sociais

MEIO AMBIENTE

FOTO: ARQUIVO AAF



22 Educação Ambiental nas escolas do DF e Entorno

ENTREVISTA

24. Entrevista: engenheiro agrônomo, Marcelo Piccin fala das alternativas de crédito que os produtores rurais podem acessar

CAMINHO DAS PEDRAS

26. Na rota do crédito: Crédito mútuo e rural

PONTO DE VISTA

27. Participação popular e Economia Solidária

PRÁTICAS

FOTO: ACERVO APAHS/DF



28 Associação abraça a causa de alunos com altas habilidades

LEGISLAÇÃO E TRIBUTAÇÃO

30. Marco Regulatório da Sociedade Civil

Frágil Sustentabilidade

No final de novembro de 2014, Brasília sediou a 3ª Conferência Nacional da Economia Solidária – Conaes, recepcionando cerca de 1.500 delegados, eleitos nas Conferências Estaduais com o propósito de construir um Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

O evento propiciou a realização de um balanço sobre os avanços, os limites e os desafios da Economia Solidária. A 1ª Conaes realizada em 2006 discutiu o resgate da identidade na diversidade. A 2ª, em 2010, traçou estratégias de desenvolvimento nesta diversidade. Para alcançar tais estratégias, proposta da 3ª Conaes em 2014, é necessário atingir a ter-

ritorialidade e os sujeitos que a compõe, de modo a pensar e realizar políticas públicas integradas nos princípios da solidariedade, igualdade, democracia e responsabilidade.

Apesar dos avanços, ainda existem questões pendentes na política nacional da Economia Solidária, especialmente no que diz respeito ao marco regulatório de benefício tributário e reconhecimento do Empreendimento Econômico Solidário como sujeito de direito. Sem isso, fica comprometido o lugar da Economia Solidária no país, o mercado e o impacto na política proposta para o desenvolvimento que está sendo construído.

Expediente

Revista Toque Solidário é uma publicação da Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no Distrito Federal Base Brasília – Ltda. Faz parte do programa de promoção do intercâmbio de experiências, objetivando promover o fortalecimento do cooperativismo e sua integração com os movimentos e as instituições que defendem a Economia Solidária.

Projeto Gráfico, Diagramação e arte final:
Carcará Editora Produções

Edição:
Teresinha Pantoja – Jornalista RP 4104 DRT/DF

Jornalistas:
Camila Schreiber
Stella V. Castro

Colaboradores nesta edição:
Eustáquio Santos
Isadora Nunes de Oliveira
Roberto Marazi

Revisão: Luísa Dantas

Fotografias:
Camila Schreiber e Stella V. Castro

Editora:
Carcará Editora Produções
Saber Ltda - ME

Periodicidade:
Quadrimestral (abril, agosto e dezembro)

Circulação:
Distrito Federal e Entorno

Tiragem:
10 mil exemplares

Impressão:
H.E Soluções Gráficas Ltda – ME

Endereço:
SHS - Q. 01 - Conjunto A - Lojas 36/37
Galeria do Hotel Nacional - Brasília/DF
CEP: 70.322-900

Informações:
E-mail: revistatoquesolidario@gmail.com
Site: www.ecosolbasebrasil.com.br
Telefax: (61) 3202.7550
Celular: (61) 9618.7639

Redação / Comercial:
revistatoquesolidario@gmail.com

Com a força dos movimentos sociais

Com o resultado desta Conferência, os empreendimentos solidários do país sairão mais fortalecidos, disse a presidenta Dilma na abertura do evento



FOTO: ROBERTO STUCKERT FILHO

O Conselho Nacional de Economia Solidária convocou a 3ª Conferência Nacional de Economia Solidária – Conaes - realizada no Centro de Convenções Ulysses Guimarães, Brasília – DF, nos dias 27 a 30 de novembro, com o objetivo de construir o Plano Nacional da Economia Solidária para promover o direito de produzir e viver de forma associativa e sustentável.

O Plano Nacional da Economia Solidária é um instrumento de orientação da política pública, formulado a partir da análise de contexto e de uma visão de futuro, onde são definidos objetivos e estratégias, linhas de ação para a sua operacionalidade que orientam a formulação de projetos e ações, conforme o texto diretor da 3ª Conaes.

A presidenta Dilma Rousseff abriu o evento e afirmou que, com o resultado desta Conferência, os Empreendimentos Solidários do país sairão mais fortalecidos. De acordo com a Presidenta, é importante que o Brasil reconheça a Eco-

nomia Solidária como uma forma legítima e justa de trabalho. O Ministro de Estado do Trabalho e Emprego, Manoel Dias e o Secretário Nacional de Economia Solidária, Paul Singer, também presentes, acreditam nas muitas contribuições desta Conferência para a Economia Solidária.

Diferente das conferências anteriores, esta edição apresentou outra estratégia. Ao invés de construir um documento para ser analisado, debatido e posteriormente alterado, a 3ª Conaes permitiu a elaboração participativa. Mais de 1500 delegados, eleitos nas Conferências Estaduais, debateram a criação do Plano Nacional com base em proposições das conferências municipais, territoriais e estaduais efetuadas em diversas cidades do Brasil.

O evento trouxe a oportunidade de realizar um balanço sobre os avanços, limites e desafios da Economia Solidária; promover o debate sobre o processo de integração das ações de apoio à Economia Solidária fomentadas pelos governos

e pela sociedade civil e elaborar o Plano Nacional de Economia Solidária contendo visão de futuro, diagnóstico, eixos estratégicos de ação, programas e projetos estratégicos e modelo de gestão para o fortalecimento da Economia Solidária no país.

Durante os quatro dias de evento, os delegados analisaram forças e fraquezas, como pontos internos, ameaças e oportunidades, como pontos externos, para o desenvolvimento da Economia Solidária no cenário brasileiro atual; debateram também estratégias de acordo com as demandas dos Empreendimentos Econômicos Solidários e traçaram linhas de ação e diretrizes operacionais para executar atividades.

Além de mesas temáticas, como a que apresentou o Brasil e a Economia Solidária: análise de contextos para se pensar o Plano Nacional de Economia Solidária, os delegados se organizaram em plenárias temáticas para debater, elaborar e eleger as proposições para a elaboração do Plano de Economia Solidária.

Com as temáticas de produção, comercialização e consumo sustentáveis; crédito e finanças solidárias; de educação para autogestão: conhecimentos, assessoria técnica e tecnologias e de institucionalidade da Economia Solidária e das políticas públicas, os representantes avaliaram os tópicos e as propostas das Conferências Estaduais e organizaram relatórios para deliberar, em uma Plenária final, as proposições aprovadas nas miniplenárias para criar o Plano Nacional.



1. PLENÁRIA FINAL

Na plenária final, foram avaliados os pontos discutidos nas miniplenárias dos quatro eixos de atuação e analisadas as propostas que tiveram modificações no texto, as divergentes e aquelas que foram suprimidas. Após a publicação do Plano Nacional de Economia Solidária, o documento será divulgado e encaminhado à Presidência da República e ao Congresso Nacional. A Comissão Organizadora Nacional irá disponibilizar o documento final e os anais da 3ª Conferência de Economia Solidária.

O Diretor de Estudos e de Divulgação da Secretaria Nacional de Economia Solidária, Valmor Schiochet, informou que a ideia é de que o Plano seja incorporado no debate do Plano Plurianual, que será elaborado em 2015. Para ele, o Plano Nacional irá promover o fortalecimento da Economia Solidária no Brasil.

2. EIXOS TEMÁTICOS

Pontos importantes para a elaboração do Plano Nacional da Economia Solidária:

Eixo 1 - Produção, Comercialização e consumo solidários

“Fomentar o financiamento de pesquisas, tecnologias sociais e de estudos dos arranjos produtivos aplicados à economia solidária pelo CNPQ, FINEP, Fundações Estaduais de Amparo à Pesquisa.”

Eixo 2 - Financiamento: Crédito e Finanças Solidárias

“Viabilizar linhas de apoio e financiamento aos empreendimentos solidários que permitam prioritariamente a participação nas compras de bens e serviços em eventos públicos.”

Eixo 3 - Educação e Autogestão

Garantir a metodologia da autogestão como caminho para educação/formação dos setores da economia solidária, sendo usada nos programas, projetos e ações.”

Eixo 4 - Ambiente Institucional

“Garantir que os recursos de política pública para projetos de Ecosol estejam condicionados a validação e acompanhamento dos fóruns Ecosol (municipal, territorial, regional, estadual e nacional)”.

FOTO: CIRANDAS.NET



A construção do Plano passa pela mobilização social

3. DEPOIMENTOS

Diversos grupos sociais se organizaram para participar do 3º Conaes e dar força e representatividade à Conferência. A seguir, alguns depoimentos:

Gisele Alves Villar

Delegada representante da organização Rede Cananeia de S. Paulo.

Atuação feminina - “As mulheres são atuantes e tem que ser reconhecidas. É importante estar nesta Conferência para contribuir com as propostas e sugestões para o segmento.”

Participação - “Vamos conseguir ter mais aval e independência nas ações, este é o primeiro passo e já estamos preparadas e unidas para enfrentar eventuais problemas na execução do Plano.”

Thiago Costa

Coordenador Estadual do Fórum de Economia Solidária

Atuação da juventude - “A faixa etária jovem pode contribuir em todos os eixos, nos empreendimentos, unidades de apoio e gestão pública. O jovem tem um protagonismo em todas as áreas, mas ainda não tinha voz. Esse movimento foi feito para buscar articulação e espaço. Essa voz contribui para a Economia Solidária e outras discussões sociais.”

Participação - “A juventude irá participar ainda mais. Esta foi uma ótima oportunidade parar sermos atuantes e, com as movimentações, virão mais jovens para o movimento de Economia Solidária, participando não só nos empreendimentos, mas nas questões decisivas da economia.”



Professor Raul Cardoso: palestrante

Nada mais apropriado do que promover o Curso de Formação em Direitos Humanos e Participação Social (29 de novembro) pelo Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos (DF) em data próxima ao Dia Internacional dos Direitos Humanos, celebrado anualmente a 10 de dezembro.

A celebração da data foi escolhida para honrar a promulgação da Declaração Universal dos Direitos do Homem pela Assembleia Geral das Nações Unidas em 10 de Dezembro de 1948. Esta declaração teve como objetivo promover a paz e a preservação da humanidade após os conflitos da 2ª Guerra Mundial que vitimaram milhões de pessoas. A Declaração Universal dos Direitos do Homem elenca os direitos humanos básicos dos cidadãos.

O palestrante Raul Cardoso,

Formação em Direitos Humanos e Participação Social

O que significa ser um defensor de direitos humanos para a sociedade?

mestrando da Universidade de Brasília, expôs o cenário histórico sobre o tema e a importância de se debater direitos humanos.

A Vice-Presidente do Conselho, Regina Colaço, comentou a importância do curso tanto para quem trabalha diretamente com Conselhos no Brasil quanto para os cidadãos comuns. “Quando um defensor de direitos humanos tem um conhecimento mais aprofundado do trabalho que exerce, ele obviamente trabalha melhor. Quando este vem da sociedade civil sem uma formação especializada, é comum vir pela ‘luta’ da causa, pelo instinto de cidadão... E, às vezes, por não ter o conhecimento essencial, acaba esbarrando nas questões burocráticas do governo. E o que significa um defensor de direitos humanos para a sociedade? Esta é a maior questão para o curso: esclarecer

a todos a posição exata dele para com a sociedade”.

Um dos pontos mais positivos do curso foi a riqueza da discussão. Participaram representantes de diversos conselhos, como o Conselho Estadual de Participação e Desenvolvimento da Comunidade Negra e o Conselho dos Direitos da Pessoa com Deficiência. Os participantes acrescentavam opiniões e comentários de forma colaborativa e enriquecedora, trazendo experiências próprias e informações relevantes.

Durante o curso, foi possível escutar diferentes áreas dos direitos humanos e da participação social e aprimorar as estratégias para dar ainda mais voz ao tema na sociedade. Para difundir o assunto, as redes sociais foram consideradas o melhor canal para apoiar e divulgar as causas defendidas.

FOTO: STELLA V. CASTRO



Regina Colaço: Vice-Presidente do Conselho Distrital de Promoção e Defesa dos Direitos Humanos

A todo vapor

Definições sobre a Escola de Cooperativismo no DF avançam

O primeiro passo para construir uma Escola de Cooperativismo no Distrito Federal já aconteceu: destinação por parte do GDF de um terreno no Guará II para que o sonho se torne possível. Agora, chegou a hora de discutir mais sobre a escola, para isso, o Sistema OCDF-Sescoop/DF realizou, no dia 19 de novembro deste ano, um evento para definir propostas e ideias para sua implantação.

O evento ocorreu, principalmente, para que as autoridades das cooperativas e representantes da Secretaria de Educação do DF (SEDF) pudessem pensar sobre a Escola de Cooperativismo e trocar ideias sobre as principais atividades a serem executadas, o modelo de governança e os meios de manutenção da escola.

O presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, abriu o evento ao lado do representante do Sistema Nacional, Valdir Ferreira e dos representantes da Secretaria de Educação. Para Marazi, “a educação é um ato de amor, de coragem. Todos nós temos compromisso com o cooperativismo e

agora com esse espaço, que busca ensinar com excelência”, enfatizou. De acordo com o presidente, a importância de investir na criação da Escola de Cooperativismo do DF não é somente para ensinar, mas também para despertar o interesse da população.

Valdir Ferreira afirmou que o SESCOOP Nacional irá apoiar a Escola de Cooperativismo no que for necessário. “O ensino é a base da entidade e estamos muito felizes com a iniciativa, não mediremos esforços”, afirmou.

Os representantes da SEDF trouxeram, para as autoridades do cooperativismo experiências de sucesso do Sesi de Taguatinga, etapas e modalidades no ensino público do DF para discutir sobre a nova Escola de Cooperativismo e trâmites e procedimentos para a sua regularização. Esta é uma forma de iniciar a escola com profissionalismo e implantar, de maneira muito eficiente, a cultura cooperativista no DF.

O Assessor Empresarial do Banco do Brasil, Carlos Valverde, apresentou ações de formação na área

FOTO: CAMILLA SCHREIBER



Sistema OCDF-Sescoop/DF debate com o GDF sobre a estruturação da Escola de Cooperativismo no DF

de cooperativismo para que se pense a Escola a partir de experiências teóricas e práticas. A Gerente de Desenvolvimento de Cooperativas, Carla Madeira, apresentou cursos de Formação Inicial e Continuada relacionados a todas as áreas do cooperativismo no DF e que são considerados meios para aperfeiçoar a Educação Profissional.

Palestrante do tema “Vamos pensar a Escola de Cooperativismo no DF?”, o professor do curso Técnico em Cooperativismo, David Cavalcante, acredita que a maior dificuldade encontrada será fazer com que os alunos adentrem às cooperativas para realizar projetos e também que as vagas não sejam ocupadas por terceiros.

Ao final do evento, os participantes se juntaram em grupos e, colaborativamente, deram opiniões a respeito da melhor solução para elaborar o Planejamento Estratégico de 2015, sendo utilizado para otimizar e ajustar as ideias propostas pelo Meta-Plan.

FOTO: CAMILLA SCHREIBER



Presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, abriu o evento

Rybená



FOTO: ARQUIVO

Inclusão digital em LIBRAS e voz

Quando utilizamos a tecnologia ao nosso favor, podemos criar produtos e softwares que mudam a vida de muitas pessoas. Esta é a proposta do Rybená, um player que promove a inclusão digital em LIBRAS e também por voz. O objetivo é oferecer às pessoas com deficiência auditiva e visual uma forma simples de entendimento dos textos na internet.

O serviço é oferecido pelo Instituto CTS, que promove soluções tecnológicas inovadoras. O Rybená é oferecido para empresas de setor público e privado e o Instituto já trabalha com automação bancária, por meio de um sistema que procura trazer independência para pessoas com qualquer tipo de deficiência. Segundo o IBGE (censo 2010), são 45 milhões no Brasil.

Rodrigo Rodrigues é parceiro do ICTS e já trabalha com a comercialização do Rybená há mais de um

ano. Para ele, tais soluções de tecnologia e comunicação precisam ser cada vez mais disponibilizadas para esse público, que necessita de mais atenção. “Oferecemos um serviço completo quando incluímos também o público específico. Para eles, significa melhora de autoconfiança, dá mais independência e os deixa mais à vontade. As pessoas com deficiência visual e auditiva necessitam que mais empresas estejam atentas às suas demandas”, afirmou.

É necessário esclarecer que o Rybená não pretende substituir ou mecanizar a Linguagem Brasileira de Sinais (LIBRAS), e sim ajudar na comunicação, no ensino e trazer mais facilidade para quem utiliza a linguagem.

O Rybená é disponibilizado gratuitamente para entidades que trabalhem com pessoas com deficiência

COMO FUNCIONA?

O Rybená transforma textos escritos em voz e traduz textos em português para LIBRAS, com alta qualidade de tradução com controle de velocidade.

Para quem quiser utilizar, não é necessário que se instale qualquer plugin ou recursos adicionais no computador. Basta acessar sites que disponibilizem o serviço, clicar nos ícones de “mãozinha” ou “rosto”, selecionar o texto e esperar que o player faça a tradução. O ICTS oferece o Rybená de forma gratuita, para entidades que trabalhem com pessoas com deficiência.

Para deixar o Rybená disponível no site da sua instituição acesse www.rybena.com.br

SHIN CA 5 Cj. J2 Bl. J2 2º andar, Brasília-DF, CEP 71503-505

Fone: + 55 (61) 3051 2800 . **Email:** grupoicts@grupoicts.com.br

Tá a fim de vender?

Dica!

O empreendimento não paga para ter seus produtos na loja!

O que vender?

Tudo que se encaixar no negócio solidário.

Como participar?

Faça sua inscrição e exponha seu produto ou serviço.

Ola, visitante! [Login](#) ou [Cadastre-se.](#)

Loja Toque Solidário
Produtos & Services

Principal | Meu Cadastro | Comprar | **É Itam(s) R\$ 50,00** | Como Participar

PRINCIPAL | QUEM SOMOS | O PROJETO | COMO PARTICIPAR | PARCEIROS | PROMOÇÕES | CONTATO

Telefones: (61) 3879-1235
Atendimento de Segunda à Sábado: 8:30 às 18:00

CATEGORIAS

- Arte
- Artesanato
- Acessórios
- Decoração
- Fotografia Inclusivas
- Moda
- Promoções

PRODUTOS ARTESANAIS
COMPRA AGORA E GANHE UM BRINDE!
[Confira!](#)

PROMOÇÃO

DESTAQUES

 Cesta de Flores R\$19,90	 Luva de Cozinha R\$20,90	 Caneca Borboleta R\$15,00	 Almofada R\$25,00	 Bolsa Candangas R\$50,00
---------------------------------	---------------------------------	----------------------------------	--------------------------	---------------------------------

Para anunciar e se ligar!
Dê mais visibilidade ao seu negócio

Telefones: (61) 3202.7530 / (61) 3618.7639

VISUALIZADOS

 Canecas R\$30,00	 Bolsa Candangas R\$35,00	 Cesta de Flores R\$19,90	 Velas Sortidas R\$10,00
-------------------------	---------------------------------	---------------------------------	--------------------------------

ECOSOL BASE BRASÍLIA
Etiã tempor felis ante, non ultricies nunc. Nisi eu laoreet libero, non mattis eros. Etiam tempor felis ante, nutrices nunc. Nulla eu laoreet libero, non mattis eros.

CONTATO
Telefone: (61) 3226.3321
Fax: (61) 3226.3321
suporte@toquesolidario.com.br

INSTITUCIONAL
Quem Somos
Sobre o Projeto
Parceiros
Faça Conosco

AJUDA E SUPORTE
Prazo de Entrega
Dúvidas Frequentes
Troca e Devolução
Política de Privacidade
Esqueci a Senha

LOJA
Lançamentos
Promoções
Produtos & Serviços
Formas de Pagamento

COMO PARTICIPAR
Dúvidas Frequentes
Regulamento
Inscreva-se

FACEBOOK

A loja virtual Toque Solidário é uma proposta da Ecosol Base Brasília para promover atividades de geração de renda, fortalecendo as práticas e os princípios do cooperativismo e da Economia Solidária, além de ampliar acesso ao mercado. Participe!

www.ecosolbasebrasil.com.br



www.toquesolidario.com.br

A educação é a base para o crescimento do ser humano

Roberto Marazi
Presidente do Sistema
OCDF-Sescoop/DF

Fala-se muito que os jovens são o futuro. Que o são, todos sabemos! A questão central, nem sempre com resposta satisfatória, é: será que os adultos de hoje contribuem efetivamente para preparar os de amanhã?

É certo que muito se faz, mas também é certo que muito mais se poderia fazer. Globalização, competitividade, avanço tecnológico, desemprego, violência são hoje expressões cotidianas.

A cooperação, a solidariedade, a ajuda mútua e a ética não são tratadas com prioridade pela sociedade!

Desde os primórdios, a cultura de uma população vem se desenvolvendo a partir da transmissão das tradições e conhecimento por meio da convivência familiar e da participação na sociedade (educação informal) e pela transmissão do

conhecimento realizada pelo ensino (educação formal).

As condições atuais da nossa sociedade, e especialmente as da educação informal, são desfavoráveis à prática da cooperação.

Ainda não se identifica a cooperação como alternativa válida para organizar a economia a partir da vontade daqueles que nela estão inseridos.

A OCDF – Sindicato e organização das Cooperativas do Distrito Federal e o Sescoop/DF – Serviço Nacional de Aprendizagem do Cooperativismo do Distrito Federal reconhecem que as transformações que se afiguram necessárias dependem de inúmeros fatores, mas têm certeza que, inexoravelmente, elas passam pelo processo cooperativo e pela revisão de como estão sendo preparados os jovens de hoje.

Tem-se como pensamento estratégico nacional que o cooperativismo venha a ser, em 2025, o modelo societário preferido das pessoas para suas realizações pessoais, profissionais e geradoras das conquistas inerentes aos seres humanos.

E é pensando assim que a sociedade brasileira – e especialmente as cooperativas – obtêm uma expressiva conquista: a Escola Técnica de Cooperativismo do DF. Sonho sonhado há 20 anos, prestes a se tornar realidade.

Se educar seus filhos é o melhor caminho para o desenvolvimento de uma nação, investir em educação cooperativista para jovens e adultos certamente também o é para a evolução e o desenvolvimento das cooperativas brasileiras.

CURSOS E TREINAMENTOS

O Sistema cooperativista do DF finaliza suas atividades de 2014 com a inauguração da sala de cursos e treinamentos, localizada no Ed. Embaixador – 2º andar – Setor Comercial Sul-Brasília/DF.

A cerimônia de inauguração contou com a presença da Vice –Presidente do Sistema OCDF e presidente da Cooplem Idiomas, Márcia Ionne Ramos Behnke, dos Conselheiros da OCDF e dos colaboradores do Sistema OCDF-Sescoop/DF.

A sala recebeu o nome de Roberto Marazi para homenagear o presidente do Sistema OCDF-Sescoop/DF, Roberto Marazi, pelos 22 anos de contribuição na luta e defesa do cooperativismo do Distrito Federal. O presidente Marazi ressaltou a importância desta conquista.

FOTOS: ISADORA NUNES DE OLIVEIRA



Momentos da inauguração da sala Roberto Marazi



SistemaOCDF

FECOOP CO/TO - OCDF - SESCOOP/DF

SER COOPERATIVISTA É SER FELIZ

As cooperativas do DF atuam com o propósito de gerar felicidade para seus cooperados e familiares.

Viabilizar moradia, produzir alimentos, promover saúde, gerar emprego e renda, emprestar dinheiro e oferecer educação são algumas das diversas atividades onde as cooperativas do DF proporcionam felicidade aos seus integrantes.

O Sistema nacional do cooperativismo planeja ações estratégicas para que em 2025 as cooperativas de qualquer atividade econômica sejam o modelo societário preferido dos brasileiros.

JUNTOS SOMOS MAIS FORTES!

“Semeando no presente as bases do cooperativismo do futuro”

www.dfcooperativo.coop.br

A vez da agricultura familiar

Visando colocar em evidência a produção de famílias, a Organização das Nações Unidas (ONU) instituiu o Ano Internacional da Agricultura Familiar em 2014. A celebração visa destacar o perfil da agricultura familiar e dos pequenos agricultores, reconhecendo a contribuição da agricultura familiar para a segurança alimentar e para a erradicação da pobreza. Objetiva também promover políticas públicas que favoreçam os sistemas de produção agrícola baseados em unidades familiares e incentivar a participação de organizações de agricultores e despertar todos para a importância de apoiar a agricultura familiar.

Agricultura familiar é o cultivo da terra por meio de pequenos proprietários rurais, tendo como mão de obra o núcleo familiar, ao contrário da agricultura patronal que utiliza trabalhadores contratados em propriedades médias ou grandes.

Para apoiar este modelo de agricultura, foi reconhecido oficialmente a agricultura familiar como profissão no mundo do trabalho e foram criadas políticas públicas específicas de estímulo aos agricultores familiares, tais como: o Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – PRONAF (em 1995); a Secretaria da Agricultura Familiar (em 2003 no âmbito do Ministério do Desenvolvimento Agrário – MDA); a promulgação da Lei da Agricultura Familiar (em 2006) e a representa-

ção sindical (Federação Nacional dos Trabalhadores e Trabalhadoras na Agricultura Familiar – FETRAF).

Pelo Censo Agropecuário (IBGE) divulgado em 2009, com dados colhidos em 2006 e 2007 84,4% dos estabelecimentos rurais brasileiros encontram-se no perfil da agricultura familiar (24,3% do território ocupado). Os outros 15,6% representam a agricultura “não familiar”, isto é, o agronegócio (75,7% das áreas ocupadas).

Nos últimos 40 anos, a Região Agrícola do DF e do Entorno tem mostrado o crescimento e a transformação de pequenos e médios produtores organizados em cooperativas. As políticas públicas do Governo Federal e do GDF, como o Programa de Aquisição da Produção da Agricultura (Papa-DF), o Programa Nacional de Alimentação Escolar (Pnae), Programa de Aquisição de Alimentos (PAA), entre outros, tem favorecido. Tem também contribuído para esse crescimento, o apoio do Sistema OCDF/Sescoop/DF por meio de cursos e treinamentos para os cooperados.

O Distrito Federal possui quase 20 mil propriedades rurais, com 12 mil produtivas que contribuem para a economia local e geram empregos onde quase seis mil são de agricultores que trabalham com o cultivo familiar. Algumas atividades e produções se destacam na região e trazem benefícios para as famílias e também para a sociedade.

Beneficiadas por ações do Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), atualmente o DF possui 203 assentamentos da reforma agrária, nos quais mais de 13 mil famílias já trabalham e realizam sua produção em uma área superior a 528 mil hectares.



Dados do Censo Agrícola 2006 (IBGE) revelam que a agricultura familiar ocupa cerca de 24.3%, enquanto a agricultura patronal ocupa 75,7% no território nacional.

Destaques na produção rural do DF

Tecnologia

Os técnicos da Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Distrito Federal – *EMATER-DF* já realizam reuniões setorializadas com os representantes da Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária – *EMBRAPA*, Universidade de Brasília – *UnB* e do Serviço de Apoio às Micro e Pequenas Empresas – *Sebrae*, para demonstrações de novas tecnologias em todas as áreas.

A agricultura familiar está em processo de crescimento no Distrito Federal e, com o apoio oferecido para micro, pequenos e médios agricultores, vários alimentos são produzidos com qualidade, gerando renda e benefícios.

Na opinião de Roberto Carneiro, coordenador de operações da Emater-DF, “Produzimos muito do que consumimos e é tudo muito tecnificado. Muitos técnicos vêm de fora do DF e do exterior para visitar algumas áreas e ficam impressionados com a produção de pimentão e tomate, por exemplo”, conta. Lembra que tudo é feito com gestão ambiental, para que se harmonizem os impactos ambientais e se adequem as propriedades para que o meio ambiente não seja agredido.

Olericultura

Maior número de produtores e geração de emprego e renda no Distrito Federal. Grande parte das hortaliças produzidas aqui vão para São Paulo e Minas Gerais, além do abastecimento do mercado interno.

Avicultura

Produção de aves (caipira), tecnologias na produção de carne de frango, fase de cria, recria e engorda, alimentação alternativa e aproveitamento dos resíduos na produção de hortaliças.

Produção de Leite

Produção de leite a pasto, formação e manejo das pastagens, adubação e irrigação, além de conservação de forragens silagem e fenação.

Aquicultura

Produção de peixes no DF foi uma grande descoberta. A EMATER firmou, com o Ministério da Pesca, um convênio para investir na área quando foi observado um grande potencial que estava reprimido e, assim, todos os pequenos agricultores, até os que tinham um pequeno tanque de irrigação com alguns peixes receberam incentivo e tecnologia para desenvolver a atividade. Hoje, existem mais de 400 produtores, entre micro, pequenos e médios que trabalham com a tilápia.

Fruticultura

Produção orgânica de frutas com variedades de pêssago; duas variedades de ameixa; duas variedades de nêspera; duas variedades de uva; e uma variedade de mirtilo. Dados da EMATER/DF apontam que, apenas na região de Brazlândia, foram cadastrados mais de 300 hectares para a produção de goiaba, limão, maracujá, entre outras frutas. A região também se destaca pela produção de morango tendo em torno de 150 pequenos agricultores trabalhando com a produção. Atualmente, o DF consome de 20% a 30% das frutas que os agricultores locais produzem.

Agroecologia

Produção orgânica com pequenos animais (galinha, frango e ovelhas); agrofloresta e policultivo; produção de hortaliças em cultivo protegido e aberto; produção de compostagem.

Floricultura

Produção de copo de leite, gladiolos, forrações diversas, além de composições de paisagismos e decoração.

Ovinocultura e Caprinoculturas

Produção de carne e leite baseados em forragens.

Cooperativa Multiflor

Flores por todos os lados

Há seis anos, a Cooperativa Multiflor está no mercado do Distrito Federal e Entorno. Trabalha também com acessórios e artefatos para agregar valor às plantas e flores ornamentais

Pimentas, cactos, petúnias, orquídeas, samambaias. Cerca de 54 produtores da Cooperativa dos Produtores de Flores e Plantas Ornamentais do DF, a Multiflor, trabalham para produzir essas e várias outras belas flores em vasos, além de plantas ornamentais. Os produtores da Cooperativa Multiflor estão espalhados em Regiões Administrativas do Distrito Federal: Planaltina, Paranoá, São Sebastião, Núcleo Bandeirante, em outros núcleos Rurais e Pré-Assentamentos.

Há seis anos, a Cooperativa Multiflor está no mercado do Distrito Federal floreando as ruas e casas de Brasília e do Entorno. Fundada no ano de 2008 com 21 integrantes, sendo inicialmente 15 mulheres dos Núcleos Rurais do Rio Preto e do São José, Região Administrativa de Planaltina/DF.

Com apoio da EMATER-DF, a Cooperativa conquistou a Declaração de Aptidão ao PRONAF – DAP, jurídica dois anos depois do início de suas atividades, sendo 76% de atuais integrantes, agricultores com DAP individual.

Percebendo a necessidade de aumentar a produção, a Cooperativa começou a trabalhar com acessórios e artefatos elaborados com fibras naturais de bananeira. Um grupo de 90 mulheres se dedica diariamente à produção de cachepôs – recipientes onde são colocados vasos de plantas – dessas fibras, para agregar valor aos produtos da empresa e atribuir visuais modernos nas casas brasileiras.

Para receber e distribuir os produtos da Cooperativa, a Secretaria de Desenvolvimento Rural do Distrito Federal – SEAGRI/DF cedeu um galpão no Núcleo Rural de Planaltina/DF. Atualmente, o espaço está em fase de estruturação e, futuramente, a Multiflor poderá concentrar a produção em um único espaço e também aprimorar a montagem de seus produtos.



FOTO: ARQUIVO OCDF / SESCOOP/DF



FOTOS: AARQUIVO ASCOM-EMATER/DF



FOTO: ARQUIVO MULTIFLOR

Mesmo sem um espaço único de produção, a comercialização não é limitada: o grupo vende em feiras realizadas em diversos shoppings, como Brasília Shopping e Terraço Shopping, no Gilberto Salomão e também em eventos promovidos pela EMATER-DF. Além disso, a Loja Rurart em Planaltina e a loja da EMATER na Torre de TV Digital são pontos fixos de venda.

Contrato com o GDF

Por meio da Lei do Programa de Aquisição de Produtos da Agricultura, os produtores da Multiflor foram inseridos nas compras governamentais do governo do DF e, recentemente, a Cooperativa assinou um importante contrato com a NOVACAP, com produtos de forrações que irão florear os canteiros urbanos e dar mais beleza para a cidade.



A Multiflor trabalha com flores, plantas ornamentais e produtos de cachepôs

www.multiflor.com.br

FOTO: ARQUIVO MULTIFLOR

FOTO: ARQUIVO ASCOM-EMATER/DF



Cooperativa COPAS

O sonho de vender leite e derivados da região

Em 1993, um grupo de produtores da região de Nova Betânia e técnicos da EMATER-DF se reuniram na Escola Classe de São Sebastião e, com apenas 30 produtores, foi fundada a Cooperativa dos Produtores do Núcleo Rural de Nova Betânia. Mais tarde, em 2000, a Coopertania tornou-se Cooperativa Agropecuária de São Sebastião, COPAS, onde o sonho de vender leite produzido na região começou a virar realidade.

Neste mesmo ano de 2000, uma grande meta foi alcançada: 400 litros de leite foram pasteurizados pelo processo de pasteurização pós-envase e entregues a um programa do Governo do Distrito Federal.

Embora surgida da extensão rural da Emater/DF, a COPAS tem recebido o apoio do Sistema OCDF/Sescoop/DF por meio de cursos e treinamentos para os cooperados.

Atualmente, a COPAS conta com 140 cooperados (na região rural do DF e Entorno), de pequenos produtores familiares que possuem DAP (Declaração de Aptidão do PRO-

*A Cooperativa COPAS
aumentou a produção e
conquistou o público local*

NAF). Fornece mais de 15 mil litros de leite por dia, que são processados em moderno sistema de pasteurização. Parte do leite é vendida para os programas do PNAE, PAA E PAPA-DF, que beneficiam famílias de baixa renda, entidades filantrópicas e escolas públicas. Outra parte vai para o mercado e uma última é transformada em queijo, iogurte e bebida láctea.

PRODUÇÃO

Para produzir e vender leite de boa qualidade existe um delicado processo. Os produtores higienizam corretamente os animais antes da ordenha e o recipiente de armazenamento. De acordo com o presidente da COPAS, Luís de França Pinheiro Torres, “os resultados são visíveis porque a maioria prefere o leite COPAS, considerado o mais saboroso”.

*Foto abaixo:
Fachada da Cooperativa COPAS na
Região do PAD/DF - Programa de
Assentamento Dirigido do Distrito
Federal*

*Parte do leite produzido
na COPAS é vendido para
programas do governo
que beneficiam famílias de
baixa renda. Outra parte
é transformado em queijo,
iogurte e bebida láctea*

Informações

Sede: Rodovia BR 251 km 4
perto do trevo de acesso a
Nova Betânia/DF.
Fone: (61) 3500-7009
email: copas@copas.coop.br

FOTO: ARQUIVO COPAS



Cooperativa Cootaquara

Pimentão é carro chefe!

FOTOS: ARQUIVO ASCOM-EMATER/DF



Cooperativa Cootaquara utiliza tecnologia de ponta no cultivo de seus produtos

Um dos mais importantes polos de produção de pimentão no Brasil está no Distrito Federal e tem um nome: Cooperativa Cootaquara. Localizada no Núcleo Rural Taquara, em Planaltina, a cooperativa produz também legumes, hortaliças e verduras (menos folhosas) entre elas tomate, repolho, abobri-

nha, batata doce, berinjela, pimentão (que é o forte da cooperativa), entre outros, no desenvolvimento, geração de renda, empregos e inclusão social da agricultura familiar.

Há quase 14 anos no mercado, a Cootaquara é reconhecida ainda como um dos principais polos de produção de hortaliças do Distrito

Federal. Com apoio do Governo Federal por meio do PRONAF, da Secretaria de Agricultura, da EMBRAPA e da EMATER-DF, um dos diferenciais da Cooperativa é a tecnologia de ponta usada para irrigação localizada e cultivo protegido dos seus produtos.

A organização dos produtores, por meio da Cooperativa, presidida por Maurílio Cezar Silveira Cardoso, também é outro ponto positivo, pois oferece condições de vida para os habitantes e emprego principalmente aos jovens rurais.

Iniciada com 21 produtores rurais da região Taquara (Planaltina/DF), hoje, a Cootaquara já conta com mais de 150 cooperados, além de outros 300 agricultores agregados – entre parceiros e meeiros - e realiza uma comercialização em torno de 40 toneladas mensais de cerca de 40 diferentes produtos. Todo o processo gera receitas de aproximadamente 70 milhões de reais por ano, com 50 empregados diretos e seis caminhões. São beneficiadas mais de 2500 pessoas da região. A produção é vendida e negociada com grandes redes de mercados do Distrito Federal e exportada para Goiânia, Manaus, Belém e Palmas, dentre outras cidades.

Associação

Após tantas dificuldades encontradas pelos pequenos agricultores na hora de comercializar a produção junto aos canais tradicionais e aos atacadistas, fosse pela pequena oferta de produtos, ou pela sazonalidade da produção, falta de meios de transporte e altos custos de produção, entre outros, surgiu a necessidade de criar a Associação dos Horticultores da Taquara e Pi-



A produção é vendida para grandes redes de mercados do DF e exportada para outras cidades.

piripau (ASHORT) para dar início a experiência da venda conjunta, do aprendizado coletivo e na otimização do relacionamento entre os agricultores.

Após alguns anos, já com um porte maior e com uma nova nomenclatura, a Cootaquara é hoje considerada um exemplo a ser seguido, conseguindo estender os benefícios desde o desenvolvimento econômico até o social, aproximando a cooperativa da escola, do posto de saúde, da igreja e de toda a comunidade, além do Estado.

Informações:

www.cootaquara.com.br
email: cotaquara@uol.com.br

Depto comercial:
(61) 3483-6021 / (61) 3483-6023

Contabilidade:
(61) 3483-6019

Depto agropecuário:
(61) 3483-6007

Educação Ambiental

Para preservar o Cerrado!



FOTOS: ARQUIVO AAF

AAF, Associação dos Amigos das Florestas, pratica ações educativas que geram atitudes de cuidados com o ambiente

Com este perfil, conta com parcerias como a Escola da Natureza da Secretaria de Educação do GDF e a Rede de Sementes do Cerrado, que foi contemplada na Seleção Pública 2010 do Programa Petrobras Ambiental com o projeto Semeando o Bioma Cerrado, bastante visado nessa região.

AAF trabalha em todos os segmentos ambientais: restauração de áreas degradadas; capacitação de professores, capacitação de comunidades e seu principal foco: educação ambiental.



A AAF trabalha em todos os segmentos ambientais: restauração de áreas degradadas; ca-

pacitação de professores da área; capacitação de comunidades e seu principal foco: educação ambiental. Para divulgar estas ações e promover a troca de saberes e fazeres relacionados à educação ambiental nas instituições governamentais e não governamentais – com foco no Cerrado –, foi realizado, nos dias 13 e 14 de novembro deste ano, o VIII Encontro de Educadores Ambientais do DF. O evento contou com diversas práticas sustentáveis nas ações individuais e coletivas,

A preservação e o fortalecimento da Floresta Nacional de Brasília foi o primeiro passo do engajamento da Associação dos Amigos das Florestas (AAF) para com o meio ambiente do Distrito Federal. Criada em 2004, a AAF é uma instituição sem fins lucrativos que trabalha para consolidar a educação ambiental nas comunidades do entorno da Floresta Nacional de Brasília, com ações educacionais em outras áreas do DF.



FOTOS: ARQUIVO AAF



valorizando os educadores ambientais como agentes da transformação, que não podem ignorar os impactos do ser humano para a preservação ou degradação do meio ambiente.

As comunidades em torno das unidades de conservação ambiental são as áreas com prioridade para o Programa Campo Vivo – ação que engloba todos os projetos ambientais da AAF – o qual desenvolve ação na região do Lago Oeste. Esta área é situada no entorno de quatro unidades de conservação, um local efetivamente estratégico para trabalhar a educação ambiental. “Gerar alimento entre quatro unidades de conservação de uma forma sustentável é um desafio muito grande” diz a presidente da Associação, Mery-Lucy Souza.

Comercializar mudas nativas do cerrado a preço de custo é um dos incentivos que a AAF dá para as pessoas dispostas a recuperarem as áreas de nascentes e rondozelas. Além deste incentivo, os cursos de capacitação para a comunidade apresentam alternativas efetivas para a execução das ações de preservação e não ficar só na teoria, pois “a natureza está lá e pode ser utilizada para o bem de todos, porém, com sabedoria e sem desperdício”, afirma a presidente.

FOTOS: ARQUIVO AAF



Formas de participar

1) O Ministério Público apresenta às pessoas infratoras do meio ambiente a alternativa de contribuir com a Associação em vez de pagar a multa determinada.

2) Por meio do projeto Semeando o Bioma Cerrado, é possível inovar com a oportunidade de trabalhar a questão ambiental. Um exemplo é a ação praticada na escola de ensino especial de Santa Maria, com realização de capacitação de mais de 70 professores e diversas oficinas com os alunos.

3) O Campo Vivo abrange os seguintes projetos desenvolvidos atualmente no Núcleo Rural Lago Oeste:

1. Ecoatletismo;
2. Sala Verde;
3. Viveiro Educador;
4. Ruas e Quintais Ecológicos.

Fotos à esquerda: Ação Cultural do Encontro de Educadores Ambientais
Fotos ao lado: Atividades com alunos da rede Oficial de Ensino do DF

Informações <http://www.amigosdasflorestas.org.br>
Telefone: (061) 9217-8438 / 8149-4820

oba
HORTIFRUTI

+ cor + sabor + saúde e bem estar

(61) 3349-9575
www.obahortifruti.com.br

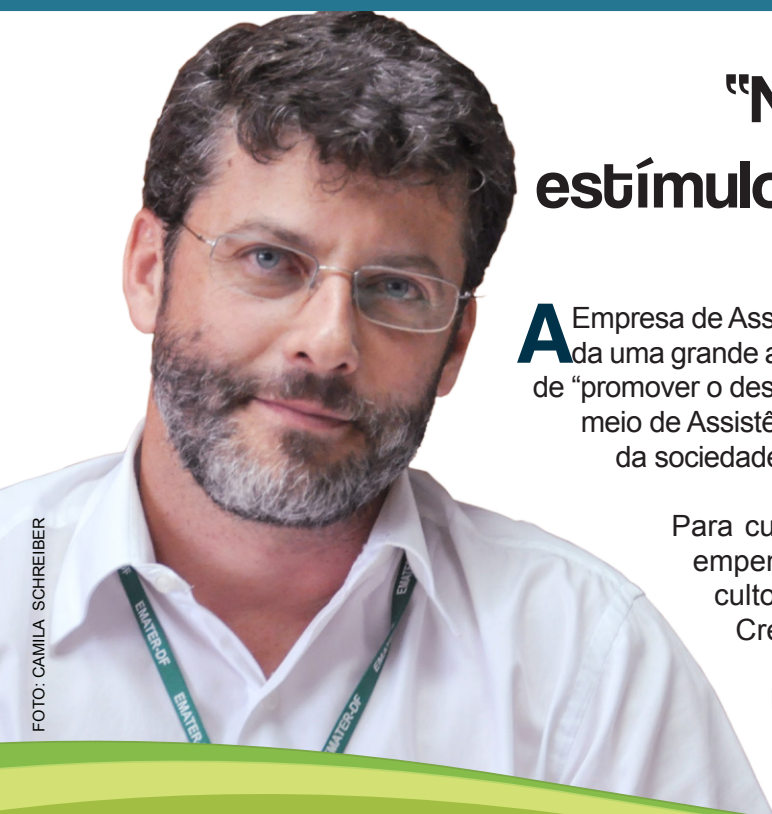


FOTO: CAMILA SCHREIBER

“Não existe agricultura sem estímulo e sem políticas públicas”

A Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural, Emater-DF, é considerada uma grande aliada dos produtores e agricultores familiares. Sua missão é de “promover o desenvolvimento rural sustentável e a segurança alimentar, por meio de Assistência Técnica e Extensão Rural de excelência, em benefício da sociedade do Distrito Federal e Entorno”.

Para cumprir tal missão, o Governo Federal e a Emater-DF se empenham em disponibilizar políticas públicas para que o agricultor possa desenvolver sua atividade rural. Uma delas é o Crédito Rural, que já mudou a vida de muitos.

Em entrevista, Marcelo Piccin, presidente da Emater-DF explica como a entidade promove o desenvolvimento rural sustentável e quais são as alternativas de crédito que os agricultores familiares podem acessar.

Marcelo Piccin

*Engenheiro Agrônomo
Presidente da EMATER-DF
desde abril de 2013.*

Quando e como surgiu o crédito rural para o agricultor familiar?

O crédito rural no Brasil já é antigo e foi resultado de várias ações diferentes. Em 1960, já existia no país uma estrutura política de estímulo à modernização da agricultura brasileira e, com isso, foram criados os programas de crédito, junto com a assistência técnica. Foram criadas várias ferramentas de crédito, extensão rural, assistência técnica e pesquisa agropecuária.

As políticas que nós temos, inclusive as de crédito, nasceram da efervescência de avanço de políticas neoliberais, de privatizações no país, de desmonte do estado brasileiro e, em contraposição, surgem vários movimentos em luta por políticas públicas que perma-

necem até hoje, mas com maior qualificação.

Os movimentos sociais tiveram um grande papel, pois batalharam por políticas públicas para os agricultores – assim nasceu o crédito rural e, posteriormente, Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar – **Pronaf**, baseado no crédito.

Como o crédito pode ser utilizado pelos produtores rurais?

Nós temos realidades diferentes no Brasil. Existem diversos programas nacionais que estão aliados a outros em nível estadual. No Distrito Federal, dois programas de crédito são complementares ao Programa Nacional de Fortalecimento da agricultura familiar - Pronaf. O primeiro é o Próspera, que tem um diálogo

muito forte com os princípios da Economia Solidária. O outro é o Fundo de Desenvolvimento Rural (FDR), que viabiliza créditos para agricultores, com prioridade familiar.

A princípio, todos podem acessar o crédito, mas existem condições e critérios que “peneiram” quem pode utilizar. O crédito é uma dívida e o principal crivo que impede o acesso ao crédito são as garantias bancárias, o acesso está muito ligado às garantias. Outro elemento, em nível nacional, é ter assistência técnica e extensão rural para fazer o projeto e o acompanhamento da estratégia de produção.

Nós avançamos bastante no acesso aos créditos, seja pelo Pronaf ou pelo Incra, que oferece outras modalidades de crédito para a reforma agrária. No ano passado, tivemos mais de R\$ 30 milhões de

“No ano passado, tivemos mais de R\$ 30 milhões de projetos; este ano, triplicamos o acesso aos programas de crédito”

projetos elaborados pelos técnicos da Emater para a agricultura familiar e estamos duplicando os acessos aos créditos do Pronaf. Este ano, nós triplicamos o acesso ao Prospera para os agricultores do DF e do Entorno.

Quais são as alternativas de crédito rural para o Distrito Federal?

Além das já citadas anteriormente, o Pronaf, o Prospera e o Fundo de Desenvolvimento Rural, temos o Fundo de Aval Público. Este fundo é usado para viabilizar o acesso dos agricultores ao Pronaf pelo Banco de Brasília (BRB). Como um dos entraves para avançar no acesso aos créditos é ter garantias para que o banco consiga liberar o empréstimo, os agricultores, geralmente, resolvem esse problema com seus próprios bens – caminhões, carros, a própria terra. Aqueles produtores que não possuem bens podem recorrer ao Fundo de Aval Público que avaliza as operações financeiras para os agricultores e ajuda a destravar o crédito. Hoje, todo agricultor familiar do DF e dos assentamentos de reforma agrária da região, que quiser acessar o Pronaf via BRB, tem essa possibilidade.

“Essas estratégias são de curto, médio e longo prazo, para valorizarmos o agricultor familiar que abastece o DF e o Entorno”

De que maneira o acesso ao crédito gera mudança na vida dos produtores?

Não existe agricultura sem estímulos e políticas públicas e, se não fizermos isso, não teremos agricultores que consigam enfrentar o mercado de alimentos. Seja na assistência técnica e extensão rural pública e gratuita, seja nas modalidades de crédito com juros subsidiados, por exemplo, são estímulos necessários para que tenhamos uma agricultura que de fato garanta o abastecimento a nossa região, produza excedentes e garanta renda para essas famílias. O estímulo é feito por meio de assistência técnica e extensão rural permanente, gratuita, pública e universal. Acredito que seja um processo de alavancagem dessas famílias, que não teriam outra forma de ter geração de renda e qualidade de vida sem acessar essas políticas.

Quais são os desafios?

Precisamos construir uma matriz tecnológica mais alinhada na agroecologia para que ocorra a produção de alimentos saudáveis e limpos. Hoje, existe uma matriz produtiva muito dependente de agrotóxicos e agroquímicos, onde a maior parte deles é importada e isso fragiliza a agricultura na segurança alimentar.

A agricultura familiar é a categoria que tem o maior potencial de produzir com diversidade, respeitando o meio ambiente. Nossas políticas de crédito ainda pouco estimulam a co-operação e as relações solidárias, a construção desse tipo de agricultura. Estes são os desafios no aperfei-

çoamento das políticas e das políticas de crédito, de comercialização, de extensão, de pesquisa.

“Acredito que seja um processo de alavancagem dessas famílias”

Em contrapartida, qual é o ganho do Distrito Federal?

São vários ganhos, mas citarei dois. Essa é uma estratégia de abastecimento alimentar de curto, médio e longo prazo, para não dependermos da disponibilidade de alimentos de outros locais do Brasil e do mundo e, principalmente, para valorizarmos o agricultor familiar que abastece o DF e o Entorno. Somos uma capital que ainda tem 70% do seu território rural, com mais de 20 mil propriedades e, grande parte dela sendo pequenas e majoritariamente ocupadas por agricultores familiares ou com características próximas.

O segundo ganho é o da preservação do meio ambiente. Somos o berço de três grandes bacias hidrográficas do Brasil e contribuimos para que o meio ambiente seja preservado quando apoiamos os agricultores e criamos políticas de fomento. Como exemplo, posso citar o programa Produtor de Águas, da Emater, reconhecido nacional e internacionalmente. Nesse programa, existe uma série de estímulos para os produtores preservarem as nascentes. Isso está na estratégia de desenvolvimento rural do DF e região, com os agricultores familiares tradicionais contribuindo para que as águas permaneçam em um estágio adequado. Essas são as principais vantagens.

Na rota do crédito

Cooperativa de crédito mútuo Assistência creditícia e bancária

A Cooperativa de Crédito busca por meio da ajuda mútua, sem fins lucrativos, uma melhor administração de seus recursos financeiros. A finalidade é prestar assistência creditícia e de serviços de natureza bancária a seus associados com condições mais favoráveis.

Equiparada às instituições financeiras pela Lei nº 4.595, o funcionamento da Cooperativa de Crédito é autorizado e regulado pelo Banco Central do Brasil. Possui também legislação própria, a Lei 5.764/71 (Cooperativismo).

Além dos conhecidos Sistemas SICOOB, SICREDI, UNICRED, CECRED e CONFESOL existem no Brasil um percentual significativo de Cooperativas de Crédito que não são filiadas a nenhum sistema. Parte dessas cooperativas são de Crédito Mútuo e outras de Crédito Rural. Em qualquer desses sistemas o cooperado participa como dono na cooperativa de crédito que integra.

INTERCOOPERAÇÃO

Utilizada como princípio básico do Cooperativismo, a intercooperação reflete a cooperação entre cooperativas e pode ser considerada como um importante instrumento na organização dos produtores das cooperativas e sua evolução no acesso a mercado.

Para o diretor Presidente do Sicoob Planalto Central, José Alves Sena, o cooperativismo de crédito precisa ser cada vez mais estimulado, especialmente desenvolver programas de educação financeira, com objetivo

de que os riscos dos cooperados sejam minimizados. “O cooperativismo, tanto de crédito, quanto os outros, é a moeda desse século. Precisamos trabalhar com essas práticas para que as cooperativas e associações trabalhem cada vez melhor”, acrescentou.

FOTO: ARQUIVO SICOOB PLANALTO



José Alves de Sena presidente do Sicoob Planalto

CRÉDITO RURAL

PRONAF

Investimentos e Mais Alimentos

Financia atividades agropecuárias de investimento, exploradas por agricultores familiares.

PRONAF

Mulher

Investimento para mulheres agricultoras de até dois financiamentos por unidade familiar, independente do estado civil.

PRONAF

Jovem

Para jovens agricultores familiares entre 16 e 29 anos que tenham concluído ou estejam cursando o último ano de curso de alternância, escolas técnicas agrícolas ou que tenham participado de curso ou estágios de formação profissional.

PRONAF

Agroindústria

Investimento para produtores familiares e cooperativas para beneficiar ou industrializar a produção.

PRONAF

Produção orientada

Financia projetos de produções sustentáveis de alimentos com foco nas regiões Norte, Nordeste e Centro-Oeste. Direcionado para projetos de sistemas agroflorestais, agroecologia e produção de alimentos para abastecimento de centros urbanos.

FDR

Fundo de Desenvolvimento Rural

Financia projetos agropecuários e agroindustriais de investimento e custeio associado ao projeto de investimento. Para produtores rurais Empresa Rural e para associação ou cooperativa.

PROSPERA / FUNGER

Financia projetos agropecuários e agroindustriais de investimento e custeio para agricultores familiares. Possui diversos tipos de investimento.

INFORMAÇÕES

Sobre estas e outras linhas de crédito, no escritório da EMATER em sua região.

Eustáquio Santos
*Presidente da Cooperativa
ECOSOL Base Brasília*



Participação Popular e Economia Solidária

A Lei do Distrito Federal. Nº 4.899, de 08 de agosto de 2012, instituiu a Política Distrital de Fomento à Economia Popular e Solidária que tem, entre seus objetivos, o propósito de contribuir para a erradicação da miséria e da marginalização, reduzindo as desigualdades sociais.

Esta Lei criou o Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária para permitir a participação popular na formulação, implementação, acompanhamento e controle das políticas públicas voltada para a Economia Solidária no âmbito do Distrito Federal.

Em junho de 2014, durante a realização da 3ª Conferência Distrital de Economia Solidária, procedeu-se a indicação de representantes de empreendi-

mentos e de entidades de apoio que deverão a compor o Conselho Distrital de Economia Popular e Solidária.

A Economia Solidária como política de governo é uma atividade recente. Ainda está em discussão no âmbito do Congresso Nacional o Marco Legal que estabelecerá a política tributária para esta forma de produção, assim como há para micro empresas e para outras atividades específicas.

O Conselho não foi instalado até o momento. Os(as) trabalhadores(as) e os integrantes de entidades de apoio esperam que o Conselho seja instalado brevemente. Eles vêm no Conselho a melhor forma de contribuir na construção de políticas voltadas para as práticas da Economia Solidária.

A Associação que abraça a causa de alunos superdotados

*Educação inclusiva para
alunos de superdotação do
DF torna-se destaque no
Brasil por meio dos esforços
da APAHS-DF*

Uma criança de três anos que consegue ler embalagem de produtos ou que é capaz de ficar a tarde inteira trabalhando em um desenho; uma que conheça a mitologia nórdica e que pode gravar e editar filmes no *tablet*... Essas são algumas das habilidades de diferentes crianças identificadas com superdotação. E, agora, elas não são mais vistas com olhares estranhos no Distrito Federal, por conta do trabalho de conscientização feito pela Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades/Superdotação (APAHS-DF).

A Organização Mundial da Saúde calcula que pelo menos 5% da população mundial possui algum tipo de alta habilidade e, a partir de uma apuração distrital, 1533 jovens brasilienses foram identificados com essa característica.



FOTO:ROBERTO CASTRO

A professora Flávia dos Santos com alunos da turma de recursos especiais da escola da 411 Norte - Brasília/DF

Superdotado ou gênio?

Existem diferenças entre uma criança com alta habilidade e superdotação e uma caracterizada como gênio. O primeiro apresenta desempenho e/ou elevada potencialidade em aptidão acadêmica específica, criatividade aguçada, liderança, entre outros. No segundo caso, um indivíduo só é considerado gênio por ideias ou produtos criativos que resultam em uma forte marca em determinada área de atividade intelectual ou artística. No geral, o superdotado tem o “dom” para determinada habilidade mas necessita da ajuda técnica para otimizar.

Em 2005, quando o Ministério da Educação instituiu em âmbito nacional os Núcleos de Altas Habilidades e Superdotação, o modelo da APAHS-DF virou referência. Não por acaso, todas as conquistas nacionais recentes nessa área saíram de Brasília. Em julho deste ano

comemorou-se a aprovação da Lei 5.372 que institucionaliza o atendimento a estes alunos no DF (sendo procurado por cinco Estados para replicar esta Lei) dando-lhes pelo menos a tranquilidade de que este atendimento permanecerá e agora como política pública.

Crianças de seis anos já podem ser atendidas pelo programa. Antes desta idade, pode ser confundido com uma precocidade no processo de educação e, a partir dos oito, já existem testes psicológicos capazes de identificar a superdotação. Se um pai identifica tal perfil em seu filho, pode contatar a escola para, assim, ser iniciado o processo do ensino específico.

Para sensibilizar os professores de escolas públicas a respeito da presença de alunos com altas habilidades em salas de aula comuns, o professor itinerante é um profissional que faz parte da equi-

pe do atendimento da Associação, responsável por visitar estas escolas e esclarecer quais são as características do aluno para, assim, discutir sobre o reconhecimento da presença deste perfil de estudante na escola. “No senso comum, todos acreditam que um aluno superdotado seja aquele que vai bem em todas as matérias, fica quieto em sala, faz tudo em primeiro e tira as melhores notas. Mas isso não acontece na realidade. Este aluno pode ser considerado um “aluno problema” dentro da sala de aula por conta de sua inquietação por não estar suprindo sua necessidade que depende do foco que ele tem (matemática, artes, línguas etc). Outro fato muito comum também é o caso do aluno tentar solucionar problemas ou perguntas de forma diferente da que o professor ensinou”, diz Valquíria Theodoro, presidente da APAHS-DF.

As aulas são ofertadas no turno oposto ao da escola convencional

FOTO: ARQUIVO APAHS-DF



Valquíria Theodoro (à esq.), presidente APAHS-DF, exhibe trabalhos de alunos



FOTO: MICHAEL MELO

Any Beatriz Marques de 11 anos tem habilidade para pintura e língua portuguesa

frequentada pelo aluno – sendo que a Associação conseguiu a concessão inédita com o GDF do Passe Livre Estudantil que garante a passagem de ônibus gratuita para esta locomoção – onde ele encontra uma sala de aula diferenciada, nomeada “Sala de Recursos”, a qual conta com um ambiente mais aberto possibilitando ao professor-tutor realizar dinâmicas e trabalhar com o potencial de cada aluno individualmente. Existem mais de vinte Salas de Recursos que utilizam um determinado espaço de escolas comuns em diferentes pontos do DF. Na unidade de Sobradinho, por exemplo, encontra-se a Sala de Recursos com desenvoltura para robótica, em Planaltina exis-

te um projeto de teatro com mais de 10 anos, sem contar todas as outras salas onde encontram-se alunos que desenvolvem diversas obras de arte e escrevem livros e poemas. De fato, é um ambiente bastante propício para a criança interagir com outras que se identifica e gerar uma socialização saudável, melhorando até mesmo o ambiente familiar.

Para conhecer mais a Associação de Pais, Professores e Amigos dos Alunos com Altas Habilidades/ Superdotação e consultar a listagem de endereço das 20 Salas de Recursos espalhadas pelo DF, entre no site:

<http://apahsdf.blogspot.com.br>

O Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil entra em vigor em julho de 2015

FOTO: STELLA V. CASTRO



Abraão Cavalcante - economista

Em 31 de julho de 2014, a Lei 13.019 iniciou uma grande mudança nos instrumentos de transferência voluntária. O chamado Marco Regulatório das Organizações da Sociedade Civil traz novas alternativas para os convênios e contratos de repasse, acordados entre o Governo Federal e as entidades sem fins lucrativos.

Os termos de fomento e de parceria irão substituir o modelo atual para trazer mais flexibilidade e para simplificar o repasse de recursos, além de aumentar o valor para que as entidades possam tocar seus projetos. A base do Marco Regulatório foi resultado de reuniões de entidades, órgãos de controle e Ministérios para que fosse possível entender as necessidades básicas das organizações.

Assim como tem retrocessos o Marco Regulatório traz muitos avanços para as entidades. Será permitido incluir, no plano de trabalho, a remuneração dos funcio-

nários, contratação e despesas simples, desde que estes custos estejam alinhados com o projeto.

De acordo com o economista Abraão Cavalcante, especialista em gestão de recursos públicos, existe ainda outro avanço muito importante. “A prestação de contas será facilitada. A tendência é olhar com mais tranquilidade recursos que são considerados pequenos para a administração. Isso, é claro, com as entidades provando que são capazes de gerir o recurso público com responsabilidade”, comentou.

Diversos pontos da lei e algumas divergências já estão sendo discutidos nos estados brasileiros em reuniões e conferências. A lei já foi publicada e assinada pela presidenta Dilma, mas tem previsão para entrar em vigor apenas em julho de 2015. Assim, tanto os órgãos de controle quanto as entidades sem fins lucrativos poderão se adaptar a essa nova dinâmica.

PARCERIAS ENTRE ORGANIZAÇÕES E GOVERNO FEDERAL

Uma questão de gestão

Para abordar acerca da gestão de recursos públicos federais referente as parcerias celebradas entre organizações e o Governo Federal, o Diretor Executivo da Vivence Consultoria proferiu palestra sobre o Marco Regulatório, onde alertou sobre os novos instrumentos de transferências voluntárias, e as mudanças trazidas pela Lei 13.019/2014.

A palestra ocorreu dia 11 de dezembro deste ano em *workshop* sobre “Captação, gestão e o con-

trole dos recursos públicos entre organizações e o Governo Federal” realizado pela Cooperativa Central de Apoio ao Sistema ECOSOL no DF – Base Brasília (ECOSOL) juntamente com a Vivence Consultoria, produzido pela Carcará Editora Produção e Saber, com apoio da Subsecretaria de Economia Solidária (GDF/SDE/SUBES).

O evento contou com um público formado por organização da sociedade civil e governo.

FOTO: STELLA V. CASTRO



Workshop sobre “Captação, gestão e o controle dos recursos públicos entre organizações e o Governo Federal



ECOSOL

BASE BRASÍLIA

**COOPERATIVA CENTRAL DE APOIO
AO SISTEMA ECOSOL NO DF**

No Ideal da Inclusão



**Jornada
Inclusiva**

Estimulamos a promoção social, a geração de renda e a difusão da cultura solidária e inclusiva por meio do fortalecimento das práticas e dos princípios do associativismo, do cooperativismo e da solidariedade em defesa dos direitos sociais.

www.ecosolbasebrasil.com.br

Você sabe onde está o seu veículo agora?

GPS CAPITAL TRACK
MONITORAMENTO

www.capitaltrack.com.br
(61) 3222-5915



No Distrito Federal, ocorre em média um roubo de carro por hora



O **CAPITAL TRACK** é um rastreador veicular que avisa, através do celular, se o seu carro foi roubado e permite que o mesmo seja bloqueado remotamente. Além disso, possui um chaveiro anti pânico que pode ser usado em caso de emergência, como num sequestro relâmpago.

Não perca seu carro de vista e o de quem você ama.

Contrate o CAPITAL TRACK e fique tranquilo.